

Migração Forçada de Mulheres no rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG

Beatriz Silva de Oliveira
beatriz.oliveufrj@gmail.com
UFRJ

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo endossar o debate acerca da presença feminina nos deslocamentos forçados. Embora a migração seja uma prática comum na sociedade contemporânea, é evidente que existem migrações que não são planejadas e que podem ser provocadas por agentes externos aos indivíduos, por exemplo, o Estado e forças paralelas, e isso, por muitas vezes, coloca em risco a vida dos migrantes. Os conflitos armados, a edificação de usinas hidrelétricas e mais recente, o rompimento de barragens de mineração, são algumas das condições para o deslocamento forçado de pessoas.

Diversos deslocamentos forçados ocorrem no Brasil anualmente, principalmente por conta da instalação de barragens de hidroelétricas. Entretanto, neste trabalho será apresentado o recente desastre promovido pelo conglomerado composto pela Samarco, Vale e BHP Billinton ao longo da bacia do Rio Doce e que, em novembro de 2015, gerou centenas de deslocamentos forçados em poucas horas. Ressalta-se que, apesar de ser um rompimento de barragem, este é distinto, pois trata-se de uma barragem de resíduos de minério de ferro e acabou por afetar a vida dos atingidos, de diversas formas.

Objetivos

O questionamento principal que rege este trabalho está em torno da participação feminina diante da tragédia-crime ocorrida em Mariana em 2015, é necessário compreender qual é a participação dessas mulheres que foram obrigadas a migrar forçadamente de seus subdistritos para o centro de Mariana, principalmente. Como objetivos específicos, este trabalho possui alguns questionamentos que buscam entender se existe alguma organização entre as mulheres atingidas, se ainda (re)existem relações com o território atingido e ainda se ocorre alguma percepção de violência sobre os corpos femininos após o desastre. Esses são alguns questionamentos que surgiram após a vivência e percepção da atuação das mulheres atingidas especialmente pós-desastre de novembro de 2015.

Metodologia

Metodologicamente, este trabalho busca promover uma reflexão sobre as variadas formas de percepção de desastres, especialmente os conduzidos por grandes empresas mineradoras, a partir da perspectiva da população atingida, com ênfase na categoria

gênero. A bibliografia e os autores selecionados dialogam positivamente com temáticas geográficas e possibilitaram a construção coesa do texto. Destaco também a leitura sistemática de um periódico *A Sirene* (impresso e disponível digitalmente), como principal ferramenta para a construção do discurso dos atingidos e a principal fonte secundária aqui utilizada. Este jornal é produzido a partir da parceria dos atingidos com o coletivo “Um minuto de Sirene” e outras instituições, como a Arquidiocese de Mariana e o Ministério Público de Minas Gerais. Sua publicação é mensal e a distribuição é prioritária para os grupos de atingidos de diversas comunidades de Mariana. Os relatos apresentados foram retirados de edições do Jornal *A Sirene* e para manter o sigilo dos entrevistados optamos por não identificá-los nominalmente e visualmente; para tanto utilizamos iniciais, gênero e localização para produzir uma identificação suficiente para a construção do texto.

A experiência da migração (forçada)

A migração é vista, na maioria dos casos, como um ato voluntário associado a liberdade de ir e vir. Mas existem indivíduos que não são permitidos essa possibilidade, a partir disto é importante de inserir a necessidade de discussão sobre as migrações forçadas, visto que a sociedade contemporânea tem convivido diariamente com este assunto, especialmente o dos refugiados. A Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2006) define migração como:

Movimento de população para o território de outro Estado ou dentro dele mesmo, que englobe todo o movimento de pessoas, independentemente de seu tamanho, sua composição ou suas causas, inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas, migrantes econômicos . (Glosario sobre migración, 2006 – tradução própria)

A experiência da migração é percebida de formas diferentes pelos indivíduos, para muitos ela pode chegar a ser traumática devido aos fatores que o influenciaram a gerar o movimento de deslocamento. Ainda junto a OIM (2009) podemos encontrar três definições que serão essenciais para a consolidação de nosso pensamento em relação aos indivíduos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana- MG, seguem abaixo a definição de migração forçada, deslocamento e pessoas deslocadas:

Migração Forçada Termo geral usado para caracterizar o movimento migratório em que existe um elemento de coacção, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais quer em causas provocadas pelo homem (por ex., movimentos de refugiados e pessoas internamente deslocadas, bem como pessoas deslocadas devido a desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, fome ou projectos de desenvolvimento). (Glossário sobre migração, 2009, p. 41).

Pessoa Deslocada Pessoa que abandona o seu Estado ou a sua comunidade por ter medo ou por correr perigos diferentes daqueles que lhe confeririam o estatuto de refugiado. Uma pessoa deslocada é, com frequência, forçada a fugir

devido a conflitos internos ou a desastres ambientais, naturais ou *provocados pelo homem*. (Glossário sobre migração, 2009, p. 54).

Com isso é possível inferir que a experiência migratória é por muitas vezes não agradável para os que são obrigados a tal ato, visto que é na esfera da migração que se encontram os indivíduos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Na tarde de novembro de 2015, os atingidos realizaram o movimento migratório sob ameaças à vida e a sua sobrevivência devido a um desastre promovido pelo projeto de extração de minério da Samarco/Vale/BHP, os principais subdistritos estudados são Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, devido à forte participação dos mesmos na elaboração do jornal *A Sirene*.

É importante ressaltar que utilização do termo atingido como a nomenclatura que possui maior adesão pelo grupo estudado além desta ser entendida por Vainer (2008) como reconhecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação pecuniária, que é justamente a situação em que se encontra a população atingida pelo rompimento da barragem de Fundão.

A tragédia-crime

No dia 5 de novembro de 2015 ocorreu o maior desastre tecnológico, social e ambiental do Brasil. Tecnológico, pois foi provocado pela incapacidade do conglomerado Samarco/Vale/BHP em lidar com os rejeitos produzidos pela sua mineração levando ao rompimento a barragem de Fundão. Desastre social, pois afetou várias comunidades ao longo do trajeto da lama, interrompeu o abastecimento de água de cidades e ambiental, pois alterou a fauna e a flora da bacia do Rio Doce, dizimou cardumes de peixes, destruiu a vegetação ribeirinha até chegar ao oceano”, onde também afetou negativamente o equilíbrio marinho costeiro do Espírito Santo, portanto um desastre de grande escala. Em Mariana, o rompimento da Barragem de Fundão atingiu em torno de 236 famílias no subdistrito de Bento Rodrigues, 108 famílias no subdistrito de Paracatu de Baixo, mas a lama chegou também em Camargos, Campina, Ponte do Gama; na sede municipal de Barra Longa e seu distrito Gesteira e outras localidades ao longo da bacia do Rio Doce.

Território e territorialidade

Embora os atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo tenham perdido seu território físico e material, suas memórias e a suas noções de pertencimentos não foram perdidas ou mesmo abandonadas. O uso do território entendido neste trabalho é o apresentado por Haesbaert (2004) que apresenta as relações de poder como formas de construir um território: “diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico de apropriação” (HAESBAERT, 2004). Após o rompimento os territórios físicos, materiais, de Bento Rodrigues e Paracatu

de Baixo precisaram ser esvaziados de sua população e conseqüentemente isso significa a ausência de uso físico e material destas localidades e isto está alinhado à ideia de território por dominação, concreto e funcional do valor de troca que é proposto por Lefebvre (apud HAESBAERT, 2004). E o território por apropriação, proposto pelo mesmo autor (apud HAESBAERT, 2004) é carregado de simbolismo, tem marcas do “vivido”, do valor de uso, e é essa ideia de território simbólico que tem sido utilizada pelos atingidos como uma forma de manter viva a memória das localidades atingidas.

O território simbólico e o funcional não são realidades distintas; torna-se difícil e/ou mesmo impossível analisar um território sem considerar esses dois elementos. O fortalecimento da ideia de pertencimento e noção territorial, funcional e simbólico tem sido feito através de iniciativas dos atingidos, com intervenções funcionais nos subdistritos, por exemplo a visita regular as comunidades atingidas e a realização de limpeza de casas ou mesmo manutenção dos cemitérios das comunidades. A isto é possível reconhecer como territorialidade, Sack diz que a territorialidade está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (apud HAESBAERT, 2004), portanto as intervenções realizadas pelos atingidos nos subdistritos, particularmente as organizadas pelas mulheres, manifestações culturais no centro de Mariana e outros são formas de expressão da territorialidade do grupo atingido.

Os graus e os elos de pertencimento das gentes com o território é que nos fazem utilizar esta noção geográfica e também a necessidade de destacar o chamado “território-cultural” apresentado por Haesbaert (2003) que “prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço”. Partindo desta reflexão, é possível entender a relação de pertencimento que as comunidades atingidas têm com seus respectivos territórios. Este sentido do território, dado pelo pertencimento, expressa-se por um conjunto de relações. Estas relações não são explicadas somente por características físicas e pelos equipamentos materiais (escolas, igrejas, bares, praças e outros), mas pelo arranjo e uso social que se faz mediado por estes equipamentos, que é a territorialidade (HAESBAERT, 2004). A perda dos convívios sociais, tão comum e presente na fala dos ex-moradores de Bento e de Paracatu de Baixo, são um dos causadores da profunda tristeza que assolam os relatos dos atingidos. Reforçando a importância da construção dessa territorialidade o jornal *A Sirene* possui uma seção dedicada a memória das localidades atingidas, cujo nome é “Cultura e Memória”, e com isso as pessoas são convidadas a não esquecer a ligação simbólica com suas antigas áreas de ocupação territorial.

As principais manifestações de territorialidades remetem a usos anteriores ao rompimento da barragem, como por exemplo as festas religiosas e os ritos fúnebres, mas as relações de vizinhança também podem ser entendidas na mesma lógica, embora sejam estritamente locais são lembradas pelos atingidos como necessárias e devem ser utilizadas na construção dos reassentamentos. A importância da realização destas intervenções nos

territórios atingidos pode ser vista nos relatos a seguir, o primeiro de uma mulher afetada de Bento Rodrigues e o seguinte de uma mulher atingida de Paracatu de Baixo, ambos retirados do jornal *A Sirene*:

LM – Mulher, afetada de Bento Rodrigues

“A festa de São Bento e o sepultamento no território de Bento Rodrigues são formas de continuar uma tradição e de mostrar a quem pertence aquele chão e o que dever ser feito dele. Manifestações de esperança, resistência e força.” (Jornal *A Sirene* – edição 5, agosto de 2016)

LQ – Mulher, moradora de Paracatu de Baixo, atualmente na condição de “atingida”

“O cenário ainda é triste, mas também é nosso, e a celebração da festa do menino Jesus neste ano serviu para reforçar os nossos laços de pertencimento com Paracatu de Baixo.” (Jornal *A Sirene* – edição 7, outubro de 2016)

As festas religiosas como a festa de São Bento e a festa do Menino Jesus em Paracatu são destacadas por possuírem maior adesão e participação dos atingidos e maior relevância das mulheres na organização desses eventos. A territorialidade não é expressa somente em monumentos históricos ou festas, como citado anteriormente os ritos fúnebres também são um exemplo de uso territorial de um dado espaço. As comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo possuíam cemitérios próprios e os velórios por muitas vezes eram realizados nas residências dos falecidos, a relação de pertencimento com o território pode ser vivenciada novamente através do pensamento proposto por Ratzel (1988 *apud* Haesbaert, 2003), pois, o laço com o território onde jazem os restos de gerações anteriores se fortalece assim como o enraizamento identitário dessa população atingida. Embora os atingidos encontrem dificuldades para utilizarem o espaço físico das localidades atingidas, devido as inúmeras sanções de impedimentos propostas pela Fundação Renova/Samarco, é evidente que há esforço para a (re)criação de símbolos e modos de resistências com intuito de não perder a ligação com o território atingido, isso significa fortalecer as relações de memória e territorialidade (HAESBAERT, 2004) e também a importância da dimensão simbólico-cultural (HAESBAERT, 2003) para a manutenção dos elos de pertencimento.

Violências nos corpos femininos

As mulheres atingidas pela mineração estão vulneráveis devido à imposição opressora dos conflitos causados pela instalação de grandes projetos mineradores ou mesmo pelo rompimento de estruturas desse projeto, que é o caso das mulheres atingidas pela Samarco/Vale/BHP. Com análise de alguns casos é possível perceber que a violência de gênero produzida por esse setor industrial econômico acaba seguindo um padrão, composto por violência estrutural de gênero, insegurança econômica, alterações nas dinâmicas alimentares, dentre outros.

Violência estrutural de gênero

A violência nos corpos femininos está presente nos locais onde são instalados os projetos de extração de minério, na realidade toda infraestrutura da mineração foi construída por e para homens (MARIANNA FERNANDES S. DE BRITO, 2017), e por isso a violência faz parte desta estrutura, especialmente a violência de gênero. Em seu livro sobre as corpografias femininas na América Latina, Viteri, Ceja e Yépez (2017) nos mostram que

“violência estrutural são as formas sistemáticas a partir do qual as estruturas sociais criam desvantagens para os seres humanos ou os prejudica diretamente. A violência estrutural é sutil e muitas vezes invisível - por ser naturalizada - e não recai sobre uma pessoa específica, mas vai contra as instituições - composta por pessoas - que a produzem.”

Com isso ficou evidente práticas que são consideradas formas de violência estrutural de gênero nas mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, se tornou evidente a falta de suporte empreendida pela empresa com as mulheres viúvas, cerca de 13 mulheres perderam seus companheiros na tragédia-crime e ainda tem de reivindicar reconhecimento como atingidas e não tiveram acompanhamento psicológico contínuo oferecido (*A Sirene*, edição 5, 2016). Por outro lado, mulheres que foram atingidas em seus sustentos também não são reconhecidas como atingidas pela Fundação Renova/Samarco, que é o caso de três mulheres que garimpavam ouro em Santa Cruz do Escalvado, além de fonte de sustento o garimpo era um espaço de convivência e troca de saberes (*A Sirene*, edição 20, 2017) . Essas três mulheres representam a participação feminina numa atividade reconhecidamente masculina, (MARIANNA FERNANDES S. DE BRITO, 2017). A participação de mulheres em atividades extrativas é inviabilizada em todas as esferas, na pequena mineração suas funções são limitadas a alimentação, a auxiliares dos homens, geralmente seus companheiros.

Os grandes projetos de mineração promovem grandes impactos na estrutura social da localidade escolhida, pois este tipo de indústria condiciona a economia da área para girar em torno de si. E isto ocorre no município de Mariana, com isso muitos homens dos subdistritos atingidos eram, ou já foram em algum momento, funcionários deste ramo. Com esta infraestrutura consolidada para homens é possível afirmar que a mão de obra feminina nesse setor não é absorvida em sua maioria, restando assim para as mulheres os empregos subalternos, de serviços gerais, limpeza e alimentação, em sua maioria terceirizada e com baixos salários, em condições precárias, turnos intensos e sem previdência social (MARIANNA FERNANDES S. DE BRITO, 2017). No jornal *A Sirene* é possível encontrar relatos de mulheres que atualmente precisam complementar a renda com trabalhos subalternos e que perderam autonomia financeira após o desastre, pois antes do rompimento conseguiam retirar renda da comercialização de pequenos produtos, como

pães e biscoitos, nos subdistritos mas hoje não consegue fazer o mesmo residindo no centro de Mariana, devido ao grande custo de produção.

Outro reflexo da violência promovida pelo desastre está na alimentação dos atingidos, antes do desastre mulheres dos subdistritos atingidos relataram atuar em atividades que envolviam agricultura, pecuária e também em serviços de alimentação. Em Bento Rodrigues estava a sede da Associação de Hortifrutigranjeiros (AHOBERO), que em sua maioria é composta por mulheres e que produzem geleias de pimenta biquinho, estas mulheres estão organizadas para tentar reaver o que perderam no rompimento, mas assim como o relato anterior, tiveram de buscar outros meios de sustento financeiro na sede municipal. Além da insegurança financeira é possível perceber a insegurança alimentar como uma forma de violação dos direitos das mulheres, pois anteriormente elas possuíam garantia da procedência de seus alimentos além de produzi-los em seus terrenos e fazerem trocas com seus vizinhos, o que também reforça a importância da articulação social existente anterior ao desastre, que foi perdida visto que os atingidos foram pulverizados no centro de Mariana e não conseguem mais estabelecer o contato anterior.

No documento produzido no *Encuentro Latinoamericano Mujer y Minería* (2011) é apresentada a forte participação da mulher na agricultura, na qual garantia segurança alimentar através do plantio, cultivo de hortaliças e a criação de pequenos animais. A degradação dos solos e dos recursos hídricos promovidos pela mineração, que faz um intenso uso de ambos os recursos, é certamente um grande problema para a reprodução das comunidades atingidas. Isso na escala do desastre se evidenciou problemático da mesma maneira, com agravante da impossibilidade de recuperação do uso do solo e dos recursos hídricos das comunidades atingidas. Ainda existem cinco mulheres atuando na agricultura de Paracatu de Baixo, elas trabalham numa plantação de hortaliças em uma propriedade que não foi completamente destruída pela onda de lama de rejeitos, elas deslocam-se de Mariana para Paracatu e acreditam que manter a atividade é uma forma de manter contato com a localidade. A organização destas mulheres é uma forma de uso da territorialidade e resistência das mulheres atingidas a seus modos de vida atuais pós-desastre.

A alteração na saúde da população atingida é uma das pautas mais presentes nas comissões de atingidos no desastre estudado. E não obstante é uma das pautas levantadas em estudos e encontros sobre os impactos da mineração na vida das mulheres atingidas. A concentração de agentes contaminantes nas zonas de exploração de minério causa problemas na população residente nas proximidades, assim como pode afetar as gerações futuras (má formação, mutação genética e diversos tipos de câncer) (ENCUENTRO LATINOAMERICANO MUJER Y MINERÍA, 2011). A contaminação dos atingidos pelo rompimento tem sido negada pela Fundação Renova/Samarco mesmo com a apresentação de laudos médicos que comprovam a contaminação por níquel, é possível destacar os casos apresentados por mães de Barra Longa, que desde a edição 3 do jornal *A Sirene* buscam reconhecimento e o tratamento médico adequado para seus filhos, o relato a seguir pertence a uma delas:

Além dos problemas de saúde físicos existem os traumas psicológicos que este grupo de atingidas carrega. Um relatório sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento de Fundão produzido pelo grupo Prismma (UFMG) com apoio da Cáritas Arquidiocesana revela que mulheres têm maior predisposição a desenvolver transtornos mentais entre as pessoas atingidas por desastres, nesta pesquisa foram entrevistadas 225 pessoas adultas (acima de 18 anos), a maioria dos entrevistados eram mulheres, no total foram 144 mulheres adultas (64%), os resultados confirmaram a predisposição anteriormente citada pois 35,4% das mulheres têm depressão, 13,9% tem algum transtorno de estresse pós-traumático, 20,8% tem algum risco de cometer suicídio, estes dados demonstram a fragilidade na qual as mulheres atingidas se encontram pós-desastre. É possível inferir também que a Fundação/Samarco ao optarem por entregar os auxílios financeiros preferencialmente aos homens corroborou para a manutenção da violência estrutural de gênero vigente, visto que a orientação do governo federal brasileiro é que auxílios socioeconômicos sejam cadastrados pelas mulheres para reforçar a autonomia financeira feminina. Atualmente o trabalho da rede CONVIVER é essencial para o cuidado da saúde mental dos atingidos, a rede é ligada a Secretaria de Saúde de Mariana e promove encontros, oficinas com os atingidos com intuito de ajudá-los neste momento delicado de reestruturação na cidade de Mariana.

A invisibilização de todas as dimensões em que a mineração impacta as vidas das mulheres faz com aquelas que se engajam nas lutas por direitos e em defesa de suas vidas e seus territórios, e sejam consideradas contra o progresso e o desenvolvimento (MARIANNA FERNANDES S. DE BRITO, 2017). Apesar das inúmeras violências que cercam os corpos das mulheres atingidas é possível perceber um estímulo de resistência entre elas, no contexto do desastre.

Considerações Finais

Este trabalho buscou evidenciar a participação feminina diante de desastres provocados pela mineração, especificamente no desastre tecnológico, social e ambiental da Samarco/Vale/BHP, que ocorreu em 05 de novembro de 2015 em Mariana, Minas Gerais. Mulheres são condicionadas a serem alvo de violência todos os dias na nossa sociedade, o que torna as mulheres atingidas pela mineração bastante frágeis diante disso. Mulheres atingidas pela mineração estão suscetíveis a violências físicas, sexuais, verbais, políticas e consideravelmente mais distantes da equidade social, na qual investimos arduamente.

O termo 'atingido' é um dos mecanismos que as pessoas e/ou movimentos sociais articulados significaram como parte da luta contra opressão promovida pela instalação de grandes empreendimentos de minério (ENCUENTRO LATINOAMERICANO MUJER Y MINERÍA, 2011), e no caso estudado em relação ao rompimento de uma barragem de rejeitos de minério. A necessidade de utilizar a nomenclatura adequada, permite que os grupos de atingidos sejam reconhecidos por suas demandas, e também que não sejam confundidos com outros grupos em situação de migração forçada, como os refugiados. Os

atingidos no desastre tecnológico, social e ambiental da Samarco/Vale/BHP tiveram de se retirar do território dos subdistritos que viviam. E território, como apresentado, é resultado das relações de poder num dado espaço, seja por dominação quanto por apropriação (HAESBAERT, 2004), atualmente os atingidos dos subdistritos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues tem feito uso da memória com intuito de fortalecer os laços de apropriação com os respectivos territórios, embora a dominação pela ocupação física esteja prejudicada.

Em suma é possível dizer que as mulheres atingidas pelo desastre estudado sofreram violências, e atualmente a violência em relação a saúde mental tem sido evidente. É latente que apesar da vulnerabilidade que se encontram, as mulheres atingidas pelo desastre tecnológico social e ambiental da Samarco/Vale/BHP são agentes ativas na construção e reivindicação de seus direitos, seja na organização do movimento, seja nas suas vidas pessoais que atualmente são referências de resistência.

Bibliografia

ENCUENTRO LATINOAMERICANO MUJER Y MINERÍA, 1., 2011, Bogotá. **Ámbitos de análisis e impactos de la minería en la vida de las mujeres: Enfoque de derechos y perspectiva de género.** Bogotá: Publicação Própria, 2011. 32 p. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/03/03/mujer-y-mineria-ambitos-de-analisis-e-impactos-d-e-la-mineria-en-la-vida-de-las-mujeres-enfoque-de-derechos-y-perspectiva-de-genero/>>.

Acesso em março de 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade.** 2004.

JORNAL A Sirene. Mariana: [s.n.], 2016. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br>>. Acesso em agosto de 2018.

MARIANNA FERNANDES S. DE BRITO (Rio de Janeiro). Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Mulheres e Mineração no Brasil.** 2017. Disponível em: <<http://ibase.br/pt/midioteca/publicacoes/publicacoes/>>. Acesso em agosto de 2017.

MILESI, Rosita. **REFUGIADOS E MIGRAÇÕES FORÇADAS: UMA REFLEXÃO AOS 20 ANOS DA DECLARAÇÃO DE CARTAGENA.** 2015. Disponível em: <http://justica.gov.br/central-de-conteudo/estrangeiros/art_irmarosita.pdf>. Acesso em agosto de 2017.

NEVES, Maila de Castro Lourenço das et al (Org.). PRISMMA: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus, 2018. 81 p. (ISBN: 978-85-53069-00-2). Il;14,8 x 21 cm.

OIM (Suíça). Organización Internacional Para Las Migraciones (Ed). **Derecho Internacional sobre migración: Glosario sobre migración.** 7. ed. Ginebra: Organización Internacional Para Las Migraciones, 2006. 92 p. (ISSN 1816-1014). Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_7_sp.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2018.

OIM (Suíça). Organização Internacional Para As Migrações (Ed.). **Direito Internacional da Migração**: Glossário sobre migração. 22. ed. Genebra: Organização Internacional Para As Migrações, 2009. 92 p. (ISSN 2075-2687). Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em 29 de abril de 2018.

VAINER, C. B. Conceito de "atingido": uma revisão do debate e diretrizes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

VITERI, María Amelia; CEJA, Iréri; YÉPEZ, Cristina. **Corpografias**: género y fronteras en América Latina. Quito: Flacso, Sede Ecuador: Universidad San Francisco de Quito, 2017. 251 p. (ISBN:978-9942-28-572-0).